

Sociedade precisa de tempo para entender o "pacote"

Heitor Tepedino

O "pacote" econômico está sendo analisado pelos parlamentares neste fim de semana para que seja votado amanhã ou terça-feira. Infelizmente o costume de lançamento de "pacotes" ficou como uma herança maligna da Velha República, porque é humanamente impossível a sua análise perfeita em dois ou três dias. Contudo, os computadores estão funcionando a plena carga para verificar-se se as afirmações do governo são verdadeiras ou não.

Segundo o Ministério da Fazenda, ninguém sofreu aumento de tributação no Imposto de Renda retido na fonte. Existe grande desconfiança de que possa existir algum "gatilho" por trás das cortinas. Pelo menos, temos uma contradição entre este anúncio e as declarações do ministro da Fazenda. Dilon Funaro informou que quem ganha mais iria pagar mais imposto e quem ganha menos pagaria menos. Posteriormente, tanto o secretário da Receita, Luis Patury, e o assessor especial de Funaro, João Manoel, garantiram que ninguém sofreu aumento de carga tributária.

A grande vantagem que o governo Sarney vem levando na área do IR fonte é que o assalariado era tão roubado que qualquer alteração nesta política, de redução da retenção indevida dos salários já aniquilados

pelas altas de preços insuportáveis, tem de ser traduzida como benefício. Não se pode ser injusto e afirmar que o governo não restabeleceu o direito do cidadão de não emprestar dinheiro ao setor público. Contudo, tudo que está sendo feito é com o dinheiro ganho com o nosso suor. Assim, deixar de roubar o do alheio não pode ser uma virtude, deveria ser o normal. Como nos países subdesenvolvidos a justiça social é exceção, não fugimos desta regra.

Por outro lado, admitindo-se que a classe assalariada sobreviveu aos efeitos do "pacote", principalmente a classe média, que sempre vem sendo a grande vítima, temos de convir que as pessoas jurídicas e os investidores no mercado financeiro receberam uma paulada razoável. Segundo o próprio secretário da Receita, Luis Patury, pela primeira vez o governo conseguiu fechar o cerco em termos de tributação.

Uma das vitórias da Receita está no artigo 15 do projeto de lei do IR para as pessoas físicas que, entre outras determinações, estabelece que no caso de aquisição de ações de uma empresa por sócios, caso essas ações permaneçam mais de 90 dias como patrimônio da empresa, o IR sobre os dividendos tem de ser pagos. O problema é que atualmente a empresa compra ações dos sócios e as coloca no cofre, livrando-se do IR sobre os

dividendos. Isto é comum e causa queda de receita de alguns bilhões de cruzeiros para a Receita Federal.

Como este exemplo, muitos outros estão embutidos no pacote, frutos de estudos de muitos anos da Receita Federal, na apuração das válvulas de escape dos contribuintes. Tudo isto é bom porque pegando-se os sonegadores pelo pé os assalariados ficam com folga nas suas alíquotas, que sempre foram acionadas quando o caixa do Tesouro fica vazio. Também a proibição que IR recolhido na fonte pelas pessoas jurídicas sejam apontados na declaração de renda com os seus valores corrigidos.

Outro exemplo, todas as empresas terão de apresentar o seu balanço para efeito de tributação em 31 de dezembro. Atualmente, muitas empresas apresentam o balanço em janeiro, postergando o pagamento do IR, o que foi eliminado.

Neste contexto, pode-se observar, à primeira vista, que desta feita a "grita" contra o "pacote" virá mais da classe empresarial do que dos assalariados, o que já é um bom sinal para se saber para que lado a bússola da carga fiscal apontou os seus ponteiros com mais rigor. Entretanto, ainda se tem muito o que se estudar do "pacote", porque a Nova República exagerou e acabou soltando um verdadeiro "pacotão", talvez em homenagem aos jornalistas.